

REVISÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1- O princípio ou regra da Administração que determina que os atos realizados pela Administração Pública, ou por ela delegados, são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade da administração em nome do qual age o funcionário, estamos diante de qual princípio?

R: Princípio da Responsabilidade.

Impõe responsabilidade

2- Julgue os itens a seguir e aponte se a assertiva está certa ou errada?

a) Todo ato administrativo deve ser publicado, só se admitindo sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais, ou interesse superior da Administração a ser preservado em processo previamente declarado sigiloso.

R: CERTO

b) Como decorrência do princípio da autotutela, a Administração Pública direta fiscaliza as atividades exercidas pelos entes da Administração Indireta.

R: ERRADO - Princípio da Tutela.

c) O princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução das metas administrativas;

R: Certo

d) O princípio da continuidade do serviço público consiste em que os serviços essenciais à coletividade não podem parar. Conseqüência desse princípio é a faculdade que se reconhece à Administração Pública de utilizar equipamentos e instalações da empresa contratada para assegurar a continuidade do serviço público.

R: CERTO

3- O saudoso Hely Lopes Meirelles em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, ensina: "Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim': para o administrador público significa 'deve fazer assim'".

No trecho, o autor se refere ao princípio constitucional do Direito Administrativo?

R: SIM, PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

4- As agências reguladoras tem natureza jurídica de autarquia sob regime especial, no que elas diferenciam das demais autarquias?

R:

Foram criadas para fiscalizar e controlar atividades transferidas para o serviço privado, Cada uma das agências têm uma lei que as criou e um decreto que veio para regulamentar, elas possuem um pouco de mais autonomia do que outras autarquias. Possuem privilégios sobre as autarquias puras. Duas características: Dirigentes Estáveis, Mandatos Fixos

5- Atividade da administração pública, expressa em atos normativos ou concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ação ora fiscalizatória, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção, a fim de conformá-los os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo. A definição objeto do fragmento de texto acima se refere a qual poder?
R: Poder de Polícia.

6- Explique o poder normativo?

R: Poder que possui o chefe do executivo de expedir atos de execução da lei.
Também conhecido como Poder Regulamentar, qualifica-se como o poder que a Administração possui de editar atos para complementar a lei, buscando sua fiel execução. O Poder Regulamentar se formaliza por Decreto. O Poder Normativo, ou Regulamentar, apenas complementa a lei, e não pode alterar a lei, não pode modificar seu entendimento. Caso haja alteração da lei ocorrerá abuso de Poder Normativo ou abuso de Poder Regulamentar.

Atos exclusivos do chefe administrativo

7- A administração pública pode vir a apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e a pessoas sujeitas à disciplina administrativa, estamos diante de qual poder administrativo?

R:

Poder disciplinar.

8- O poder vinculado significa que a lei deixou propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente, limitado, entretanto, a escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato administrativo?

R:

Errada: No poder vinculado (Regrado) a lei define todos os aspectos da conduta a ser adotada pela administração sem atribuir margem de liberdade para a escolher a melhor forma de agir.

Onde a lei permite certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente e no Poder Discricionário.

9- Qual a natureza jurídica das autarquias? Aponte sua responsabilidade perante terceiros e privilégios.

R:

Pessoas Jurídicas de Direito Público.

Responsabilidade Direta e Objetiva. art. 37 § 6 CF.

Criadas por lei.

Dotadas de autonomia: Gerencial, orçamentária e patrimonial;

Nunca exercem atividade econômica

Imunes a impostos. *

Bens públicos.

Prerrogativas especiais

~~Responsabilidade Direta e Objetiva.~~

• Privilégio prazo em dobro para recorrer e contestar no judiciário.

~~Privilégio prazo em dobro para recorrer e contestar no judiciário.~~

10- No que diferem as sociedades de economia mista e as empresas públicas?

R:

São empresas do Direito Público Privado.

A **Sociedade de Economia Mista** é a pessoa jurídica, constituída por algum ente estatal (União, Estados ou Municípios), sob o regime de Sociedade Anônima, no qual o governo é o principal acionista, e os particulares são sempre minoritários.

Empresas públicas é a pessoa jurídica de capital público, instituído por um Ente Estatal (União, Estado ou Município), com a finalidade prevista em lei, ou seja são entidades da administração pública indireta e regime organizacional livre. A finalidade é sempre de natureza econômica, explorar a atividade econômica e prestar serviços públicos.

Forma organização	Pública Livre	Mista S.A.
-------------------	------------------	---------------

Demanda

A empresa pública se federal pela Justiça Federal

" " " Estadual

Prova

Princípios

Poderes (Imutáveis, desvinculados, hierárquicos, disciplinares, poder de polícia).

Entidades da

Descentralização

Descentralização

Empresas Públicas

O que é o órgão executivo

O que diferencia

conteúdo.